

TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 12404/2019

PROCESSO Nº. 12400/2019

PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 15/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (FUNDEB) - inscrito no CNPJ nº 31.342.177/0001-08, com endereço na Av. Getúlio Vargas nº 135 Centro, São João dos Patos -MA, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação a Sra. Sheila Cristina Ribeiro Ferreira, CPF nº 788.794.263-20, e a empresa DUSTIN COELHO BRASIL – ME, inscrita no CNPJ nº 04.730.260/0001-73 com sede no Parque da Bandeira, nº 181, Centro, São João dos Patos/MA, neste ato representado pelo Sr. Luiz Santana da Silva portador do CPF nº 354.540.163-49, firmam o presente **CONTRATO DE, DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019**, sujeitando as partes às Leis 10.520/2002, 8.666/1993, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no Edital do Pregão Presencial nº 15/2019, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, juntamente com Proposta apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá, pelas Cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste contrato a contratação de Pessoa Jurídica para execução dos objetos do **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**, conforme especificações e quantidades em anexo.

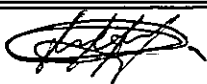
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor total do presente contrato é de **RS 69.175,20 (SESSENTA E NOVE MIL, CENTO E SETENTA E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS)**, de acordo com a proposta comercial.

2.2. No preço já estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive transporte, instalação, taxas, impostos, embalagens, seguros, licenças e outros custos relacionados à execução dos objetos.

CLAUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

3.1. Os objetos deverão ser contratados de acordo com as necessidades dos Órgãos, e a entrega do objeto ocorrerá no prazo máximo de 05 (dias) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de fornecimento.



3.2. A autorização de execução do objeto da licitação será de inteira responsabilidade e iniciativa da contratante, formalizada por intermédio de Ordem de fornecimento.

3.3. A execução dos objetos desta licitação deverá estar designada na ordem de fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução de objetos, bem como despesas de transportes assumidas pela CONTRATADA.

3.4. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

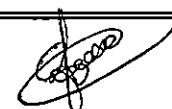
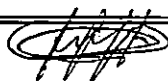
c) Outro prazo poderá ser acordado, desde que não restem prejuízos para a Administração.

3.5. Nos termos dos artigos 73 a 76 da lei 8.666/1993, o objeto desta licitação será recebido:

3.5.1. Após comunicação formal por escrito do adimplemento total da conclusão pelo licitante contratado, o Órgão Contratante procederá ao recebimento provisório do objeto, pela FISCALIZAÇÃO, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do licitante contratado.

3.5.2. O Órgão Contratante receberá os objetos em caráter definitivo em prazo não superior a 15 (quinze) dias do recebimento provisório. Durante o período compreendido entre o recebimento provisório e o recebimento definitivo, ficará o licitante contratado obrigado a efetuar reparos que a juízo do Órgão Contratante se fizerem necessários quanto à qualidade e segurança do objeto.

3.5.3. Encerrado o prazo fixado no subitem anterior, o objeto será recebido definitivamente por uma comissão designada para tal fim, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes,



desde que se comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das sanções civis.

3.6. Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução dos objetos, será lavrado o Termo de Recusa, onde serão apontadas as falhas, constantes, ficando a contratada obrigada a reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto da contratação.

3.7. Somente após haver sanado as falhas e irregularidades apontadas, a contratada será considerada apta para o recebimento do pagamento correspondente.

3.8. A Contratante designará, formalmente, o(s) servidor (es) responsável (eis) pelo acompanhamento "in loco" a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1. Os pagamentos serão efetuados conforme adimplemento da condição, em moeda corrente nacional, com atendimento de todas as exigências do Edital e anexo, os pagamentos serão efetuados até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da execução do fornecimento, após a apresentação da Nota Fiscal ou da Fatura pela contratada, devidamente atestadas pela Administração, devendo esta, obrigatoriamente, conter as seguintes comprovações: do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93; e do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

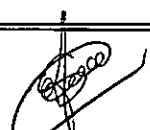
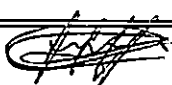
4.2. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

4.3. A contratada apresentará à contratante os originais dos documentos fiscais dos objetos executados, sob pena de não serem remunerados pelos mesmos.

4.4. A contratante, quando da efetivação do pagamento, exigirá do contratado a documentação de regularidade em relação à Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, FGTS, sob pena de não efetivação do pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

5.1. Iniciar a execução dos objetos em prazo não superior ao máximo estipulado na ordem de objetos.



5.2. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

5.3. Realizar a execução do objeto na data indicada nas requisições que lhe forem entregues, por escrito ou eletronicamente, quando tenham sido recebidas no local e prazo acima indicados.

5.4. Envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações junto a terceiros e transferir, integralmente, à contratante, descontos especiais (além dos normais, previstos em tabelas), bonificações, reaplicações, prazos especiais de pagamento e outras vantagens.

5.5. Executar os objetos nas condições especificadas no edital e na proposta e estipuladas no Edital;

5.6. A CONTRATADA não será responsável:

5.6.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;

5.6.2. Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste Edital e na Ordem de fornecimento a ser assinado com a contratante.

5.7. A contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades.

5.8. Só divulgar informações acerca da execução do objeto deste contrato, que envolva o nome da contratante, mediante sua prévia e expressa autorização.

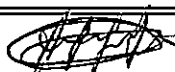
5.9. Administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com terceiros para a execução do objeto desse contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. A Contratante, após a retirada da Ordem de fornecimento, compromete-se a:

6.1.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive, permitir o livre acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA às dependências da contratante.

6.1.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado, exceto quando motivos de ordem superior assim o justificar.



6.1.3. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

6.1.4. Outras obrigações constantes da Minuta de Contrato ou Ordem de fornecimento.

CLAUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência deste instrumento terá início no dia subsequente ao da sua assinatura e findando em 31 de dezembro de 2019. Podendo, ainda, ser prorrogado ou aditivado, nos termos da Lei nº 8.666/93, por interesse público.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes do presente **CONTRATO** Correrão por conta da dotação orçamentária:

02.15 - Fundo de Manut. e Desen. da Educação básica - FUNDEB
12.361.0026.2114 0000 Manutenção e Funcionamento das Escolas do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00 Material de Consumo.

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS E SANÇÕES:

9.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº. 8.666/93.

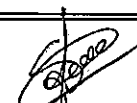
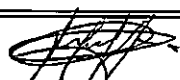
9.2. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato, será calculada sobre o valor dos objetos licitados não concluídos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e

b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a Contratante rescindir o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

9.3. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

a) Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização do Órgão Contratante, no



cumprimento de suas atividades;

b) Desatender às determinações da fiscalização do Órgão Contratante;

c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

9.4. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

a) Executar os objetos em desacordo com o projeto básico, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;

b) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;

c) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

9.5. ADVERTÊNCIA

9.5.1. A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Órgão Contratante, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

b) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades do Órgão Contratante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

9.6. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

9.6.1 A suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de SÃO JOÃO DOS PATOS – MA pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o



procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação;

9.6.2 A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de SÃO JOÃO DOS PATOS – MA nos seguintes prazos e situações:

a) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

I – Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o Órgão Contratante;

II – Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

b) Por um ano:

I - Quando o licitante se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pelo Órgão Contratante.

c) Por 02 (dois) anos, quando o contratado:

I - Não concluir os objetos contratados;

II - Prestar os objetos em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pelo Órgão Contratante;

III - Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Município de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do processo licitatório;

IV - Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

V - Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, em virtude de atos ilícitos praticados;

VI - Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio do Órgão Contratante.

9.7. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

9.7.1. A declaração de inidoneidade será proposta pelo [agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual] a Autoridade Competente do Presidente do Órgão Contratante se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Órgão Contratante, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Órgão Contratante ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

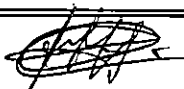
9.7.2. A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

9.7.3. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada ao licitante ou contratada nos casos em que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrarem não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de SÃO JOÃO DOS PATOS – MA Sócios, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) reproduzirem, divulgarem ou utilizarem em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio do Órgão Contratante, em caso de reincidência;
- e) apresentarem ao qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;
- f) praticarem fato capitulado como crime pela Lei 8.666/93.

9.7.4. Independentemente das sanções a que se referem os itens 9.2 a 9.4, o licitante ou contratado está sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a Órgão Contratante propor que seja responsabilizado:

- a) civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;



c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

9.8. Nenhum pagamento será feito ao executor do objeto da licitação que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

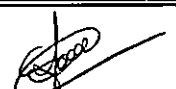
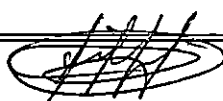
9.9. As sanções serão aplicadas pelo titular do Órgão Contratante, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

9.10. As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

9.11. O Contrato a ser celebrado poderá ser rescindido na forma dos artigos 78 e 79 da lei 8.666/93, nos casos:

I - Administrativamente, nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;
- b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;
- c) Lentidão no seu cumprimento, levando ao Órgão Contratante a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do serviço, nos prazos estipulados;
- d) Atraso injustificado no início das obras, serviços ou fornecimentos;
- e) A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao Órgão Contratante;
- f) **A Subcontratação total ou parcial do seu objeto será admitida somente com a anuência do Órgão Contratante.**
- g) Desatendimento às determinações regulares das autoridades designadas para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- h) Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto contratado;
- i) Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil em condições que, a juízo do Órgão Contratante, ponham em risco a perfeita execução dos objetos da licitação;



- j) Dissolução da sociedade contratada;
- h) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do licitante contratado que, a juízo do Órgão Contratante, prejudique a execução do Contrato;
- l) Razões de interesse do serviço público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Órgão Contratante e exaradas no processo administrativo referente ao Contrato;
- m) Supressão de obras e objetos que acarretem modificações do valor inicial do Contrato além do limite imposto ao contratado;
- n) Suspensão de sua execução, por ordem escrita do Órgão Contratante por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações. É assegurado ao licitante contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- o) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Órgão Contratante, em razão da execução do objeto do Contrato, ou parcelas destes, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao licitante contratado, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
- p) Não liberação, pelo Órgão Contratante, de área ou local para execução dos objetos da licitação nos prazos contratuais, assegurado ao licitante contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
- q) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que seja impeditivo da execução do Contrato.
- r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

II - Amigavelmente pelas partes.

III - Judicialmente.

9.11.1. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.11.2 No caso de rescisão administrativa embasada em razões de interesse do serviço público, prevista nas letras “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, do inciso “I” do subitem 9.11, sem que haja culpa do licitante

contratado, este será ressarcido dos prejuízos que houver sofrido regularmente comprovado, tendo ainda direito a:

I - Pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão;

II - Pagamento do custo de desmobilização.

9.11.3 A rescisão administrativa elencadas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l” e “q”, poderá acarretar as seguintes consequências, aplicáveis segundo a ocorrência que a justificar, sem prejuízos das sanções previstas:

I - assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do Órgão Contratante;

II - ocupação e utilização, nos termos da legislação vigente, do local, instalação, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessário à sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação na forma do inciso V do Art. 58, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

III - execução de garantia contratual, para ressarcimento ao Órgão Contratante dos valores das multas e indenizações a ela devida;

IV - retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao Órgão Contratante.

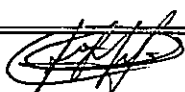
9.11.4 A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do subitem anterior fica a critério do Órgão Contratante, que poderá dar continuidade às obras e serviços por execução direta ou indireta.

9.11.5 O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, pelo Órgão Contratante, se a CONTRATADA transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução das obras e produtos adquiridos, sem prévia e expressa autorização do Órgão Contratante.

9.11.6 Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no Art. 393 do Código Civil Brasileiro.

9.11.7 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:



10.1. Este instrumento, observadas as devidas justificativas, somente poderá ser alterado unilateralmente pela Contratante ou por acordo das partes, nos termos do Artigo 65, da Lei nº 8.666/1993, incisos I e II, Lei nº 8.666/1993;

10.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que a Contratante unilateralmente entender necessárias nas quantidades do objeto, na forma do parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/1993, preservados que ficam as composições consensuais,

10.3. A qualquer tempo, as partes, de comum acordo, poderão celebrar Termos Aditivos ao presente Contrato, objetivando resolver, na esfera administrativa, os casos omissos ou questões suscitadas durante a vigência do mesmo, na forma da Lei nº 8.666/1993 e alterações previstas na Lei nº 8.883/94, conforme conveniência da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS E DA REVISÃO.

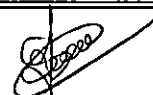
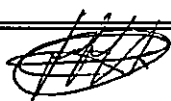
11.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para o justo preço da execução dos objetos da licitação, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ocorrer a repactuação do valor contratado, na forma da Legislação.

11.2. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, poderá o contratado fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14/02/2001.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS:

12.1. Fazem parte integrante deste Contrato, o edital de licitação, as especificações anexadas ao edital, o termo de referência e todos os outros anexos do edital, a ordem de fornecimento pela Contratante, os preços apresentados pela Contratada e registrados na Ata de Registro de Preços;

12.2. A Contratada se obriga a manter durante o período de execução deste Contrato as condições exigidas para a habilitação e especificações do objeto da licitação;



12.3. A publicidade resumida do presente instrumento contratual e de seus Termos Aditivos, dar-se-á através do Diário Oficial, nos termos do Parágrafo Único, do artigo 61, da Lei 8.666/1993, com as alterações previstas pela Lei 8.883/94, tudo providenciado pela Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FISCAL DE CONTRATO

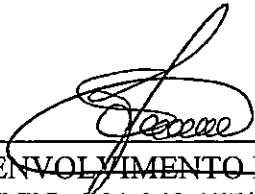
13.1 – Fica instituído como fiscal de contrato a Sra. Sheila Cristina Ribeiro Ferreira Secretária Municipal de Educação, ou servidor designado para esse fim, representando a Secretaria, através de ato normativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

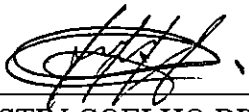
14. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, para dirimir quaisquer dúvidas porventura oriundas deste ajuste, com prévia renúncia pelas partes, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, preparam este instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, que depois de lido e achado vai assinado pelas partes contratantes e duas testemunhas, para que produzam seus efeitos legais, comprometendo-se as partes contratantes a cumprir o presente Contrato em todas as suas cláusulas.

SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, 11 de abril de 2019



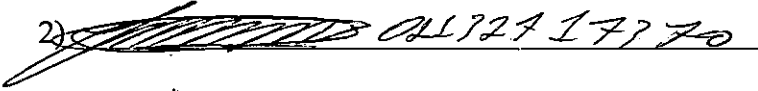
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (FUNDEB)
CNPJ nº 31.342.177/0001-08
SHEILA CRISTINA RIBEIRO FERREIRA
CONTRATANTE



DUSTIN COELHO BRASIL – ME
CNPJ nº 04.730.260/0001-73
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1)  059.013.113-59.

2)  021.727.177-70

ANEXO I

FUNDEB					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	ADITIVO PLASTIFICANTE TIPO: VEDALIT 1KG	UND	5	R\$ 14,50	R\$ 72,50
2	ADITIVO PLASTIFICANTE TIPO: VEDALIT 3600 ML	UND	3	R\$ 41,00	R\$ 123,00
4	ALÇA APOIO 60 CM	UND	1	R\$ 121,60	R\$ 121,60
5	ARAME GALVANIZADO 16	KG	5	R\$ 16,10	R\$ 80,50
6	ARAME RECOZIDO TORCIDO	KG	5	R\$ 15,90	R\$ 79,50
7	AREIA	M³	7	R\$ 125,00	R\$ 875,00
8	ARGAMASSA AC I	PCT	30	R\$ 9,80	R\$ 294,00
9	ARGAMASSA AC III	PCT	17	R\$ 29,50	R\$ 501,50
10	ARREMATE FORRO PVC C/6 M	PÇ	24	R\$ 21,80	R\$ 523,20
11	ASSENTO P/ DEFICIENTE OVAL	UND	4	R\$ 71,30	R\$ 285,20
12	ASSENTO SANITARIO ENVOLVENTE BCO	UND	8	R\$ 24,90	R\$ 199,20
17	BOCAL C/ RABICHO	UND	10	R\$ 4,45	R\$ 44,50
18	BOCAL SEM CHAVE	UND	24	R\$ 3,50	R\$ 84,00
19	BOIA P/ CXA DESCARGA	UND	9	R\$ 7,00	R\$ 63,00
20	BOIA P/ CXA DAGUA	UND	5	R\$ 9,90	R\$ 49,50
21	BOIA P/ CXA ACOPLADA	UND	6	R\$ 18,35	R\$ 110,10
22	BOMBA SOBmersa 800	UND	2	R\$ 383,00	R\$ 766,00
24	BORRACHA VEDAÇÃO CXA ACOPLADA	UND	4	R\$ 8,70	R\$ 34,80
34	BRITA	M³	3	R\$ 165,00	R\$ 495,00
39	CADEADO 30 MM	UND	2	R\$ 18,30	R\$ 36,60
40	CADEADO 35 MM	UND	3	R\$ 20,35	R\$ 61,05
41	CADEADO 40 MM	UND	3	R\$ 25,15	R\$ 75,45
42	CADEADO 50 MM	UND	2	R\$ 37,20	R\$ 74,40
44	CANO ESGOTO 50 MM C/6 M	PÇ	4	R\$ 37,95	R\$ 151,80
45	CANO ESGOTO 100 MM C/6 M	PÇ	4	R\$ 60,60	R\$ 242,40
46	CANO SOLDAVEL 20 MM C/6 M	PÇ	24	R\$ 11,70	R\$ 280,80
47	CANO SOLDAVEL 32 MM C/6 M	PÇ	11	R\$ 30,95	R\$ 340,45
52	CAL SUPERCAL 5 KG	UND	39	R\$ 8,90	R\$ 347,10
53	CERAMICA PEI 4 50X50 BCA	M²	50	R\$ 25,50	R\$ 1.275,00

54	CERAMICA PEI 4 50X50 BGE	M ²	50	R\$ 25,50	R\$ 1.275,00
55	CERAMICA PEI 4 ANTIDERRAPANTE	M ²	15	R\$ 25,50	R\$ 382,50
60	CIMENTO CP II Z 32 C/ 50 KG	SC	75	R\$ 33,05	R\$ 2.478,75
61	CIMENTO REJUNTE 1 KG	PCT	10	R\$ 7,50	R\$ 75,00
62	CIMENTO REJUNTE 5 KG	PCT	6	R\$ 29,10	R\$ 174,60
63	COLA CANO 75 G	UND	5	R\$ 8,00	R\$ 40,00
64	COLA CANO 175 G	UND	3	R\$ 20,90	R\$ 62,70
65	COLA BRANCA 1 KG	UND	11	R\$ 21,15	R\$ 232,65
66	COMPENSADO 10 MM	UND	7	R\$ 94,90	R\$ 664,30
67	COMPENSADO 15 MM	UND	5	R\$ 126,80	R\$ 634,00
73	CURVA 90° ESGOTO 50 MM	UND	4	R\$ 8,10	R\$ 32,40
74	CURVA 90° ESGOTO 100 MM	UND	4	R\$ 35,30	R\$ 141,20
75	CURVA 90° SOLDAVEL 20 MM	UND	6	R\$ 1,65	R\$ 9,90
76	CURVA 90° SOLDAVEL 32 MM	UND	5	R\$ 4,80	R\$ 24,00
77	CURVA 90° SOLDAVEL 50 MM	UND	5	R\$ 10,00	R\$ 50,00
78	CURVA 90° SOLDAVEL 60 MM	UND	4	R\$ 22,60	R\$ 90,40
79	CXA D'AGUA POLIETILENO 1000 L	UND	2	R\$ 340,00	R\$ 680,00
80	CXA D'AGUA POLIETILENO 2000 L	UND	1	R\$ 1.070,00	R\$ 1.070,00
81	CXA D'AGUA POLIETILENO 3000 L	UND	1	R\$ 1.451,00	R\$ 1.451,00
82	CXA DESCARGA 9 L BRANCA	UND	13	R\$ 32,30	R\$ 419,90
87	DISJUNTOR MONOFASICO 15 AP	UND	8	R\$ 13,00	R\$ 104,00
88	DISJUNTOR MONOFASICO 20 AP	UND	8	R\$ 13,00	R\$ 104,00
89	DISJUNTOR MONOFASICO 30 AP	UND	6	R\$ 13,00	R\$ 78,00
90	DISJUNTOR MONOFASICO 50 AP	UND	3	R\$ 21,30	R\$ 63,90
91	DISJUNTOR TRIFASICO 50 AP	UND	1	R\$ 84,80	R\$ 84,80
92	DISJUNTOR TRIFASICO 70 AP	UND	1	R\$ 122,75	R\$ 122,75
93	DISJUNTOR TRIFASICO 100 AP	UND	1	R\$ 122,75	R\$ 122,75
94	DOBRADIÇA 3.1/2 FG C/ 3 PÇAS	JG	18	R\$ 8,80	R\$ 158,40
97	ENTRADA P/ CXA ACOPLADA	UND	6	R\$ 30,90	R\$ 185,40
102	ESPUDE VEDAÇÃO CXA ACOPLADA	UND	6	R\$ 8,80	R\$ 52,80
103	FECHADURA ALAVANCA EXTERNA	UND	14	R\$ 41,50	R\$ 581,00
104	FECHADURA ALAVANCA BANHEIRO	UND	6	R\$ 34,70	R\$ 208,20
105	FIO CABO FLEXIVEL 1,50 MM	MT	350	R\$ 0,95	R\$ 332,50
106	FIO CABO FLEXIVEL 2,50 MM	MT	475	R\$ 1,45	R\$ 688,75
107	FIO CABO FLEXIVEL 4 MM	MT	300	R\$ 2,50	R\$ 750,00

108	FIO CABO FLEXIVEL 6 MM	MT	175	R\$ 3,70	R\$ 647,50
109	FIO CABO FLEXIVEL 10 MM	MT	115	R\$ 6,80	R\$ 782,00
110	FIO CABO FLEXIVEL 16 MM	MT	95	R\$ 10,60	R\$ 1.007,00
111	FIO CABO PP 2 X 2,50 MM	MT	75	R\$ 4,45	R\$ 333,75
112	FIO CABO PP 3 X 2,50 MM	MT	92	R\$ 6,30	R\$ 579,60
113	FIO CABO PP 3 X 4 MM	MT	50	R\$ 10,00	R\$ 500,00
114	FIO PARALELO 2 X 2,50 MM	MT	100	R\$ 3,45	R\$ 345,00
115	FIO TORCIDO 2 X 0,75 MM	MT	65	R\$ 1,40	R\$ 91,00
116	FORRO PVC	M ²	50	R\$ 19,90	R\$ 995,00
121	INTERRUPTOR 1 TECLA	UND	17	R\$ 7,00	R\$ 119,00
122	INTERRUPTOR 2 TECLA	UND	18	R\$ 14,80	R\$ 266,40
123	INTERRUPTOR 3 TECLA	UND	9	R\$ 20,50	R\$ 184,50
124	JOELHO ESGOTO 50 MM	UND	6	R\$ 1,70	R\$ 10,20
125	JOELHO ESGOTO 100 MM	UND	5	R\$ 4,60	R\$ 23,00
126	JOELHO SOLDAVEL 20 MM	UND	16	R\$ 0,35	R\$ 5,60
127	JOELHO SOLDAVEL 32 MM	UND	15	R\$ 1,65	R\$ 24,75
128	JOELHO SOLDAVEL 50 MM	UND	17	R\$ 3,50	R\$ 59,50
129	JOELHO SOLDAVEL 60 MM	UND	13	R\$ 17,20	R\$ 223,60
130	LAMPADA ELETRONICA 25 W	UND	7	R\$ 19,25	R\$ 134,75
131	LAMPADA FLUORESCENTE 40 W	UND	21	R\$ 8,90	R\$ 186,90
132	LAMPADA LED 15 W	UND	15	R\$ 35,40	R\$ 531,00
133	LAMPADA LED 17 W	UND	25	R\$ 57,00	R\$ 1.425,00
134	LAMPADA LED 30 W	UND	7	R\$ 92,25	R\$ 645,75
135	LAMPADA LED 9 W	UND	20	R\$ 20,00	R\$ 400,00
136	LAVATORIO SUSPENSO BRANCO	UND	2	R\$ 58,70	R\$ 117,40
138	LIXA MASSA 80	UND	87	R\$ 0,95	R\$ 82,65
139	LIXA MASSA 100	UND	75	R\$ 0,70	R\$ 52,50
140	LIXA MASSA 120	UND	185	R\$ 0,70	R\$ 129,50
141	LIXA MASSA 150	UND	45	R\$ 0,70	R\$ 31,50
142	LUMINARIA FLUORESCENTE 2X40 W	UND	6	R\$ 87,00	R\$ 522,00
143	LUMINARIA LED 2X18 W	UND	24	R\$ 148,50	R\$ 3.564,00
151	MADEIRITE 10 MM	UND	8	R\$ 55,90	R\$ 447,20
152	MADEIRITE 15 MM	UND	5	R\$ 83,50	R\$ 417,50
154	MASSA ACRILICA 3600 ML	GL	6	R\$ 30,00	R\$ 180,00
155	MASSA ACRILICA 18 L	LT	4	R\$ 119,00	R\$ 476,00
156	MASSA CORRIDA 3600 ML	GL	14	R\$ 17,60	R\$ 246,40
157	MASSA CORRIDA 18 L	LT	15	R\$ 58,10	R\$ 871,50
158	MICTORIO LOUÇA	UND	3	R\$ 286,90	R\$ 860,70

161	FITA CREPE 50X50	UND	19	R\$ 12,50	R\$ 237,50
162	PINCEL 1.1/2	UND	9	R\$ 4,05	R\$ 36,45
163	PINCEL 3	UND	9	R\$ 6,80	R\$ 61,20
171	PORTA ECO PINTURA LISA	UND	9	R\$ 122,95	R\$ 1.106,55
172	PREGOS 15X15	KG	88	R\$ 12,80	R\$ 1.126,40
173	PREGOS 2 1/2 X 10	KG	8	R\$ 10,65	R\$ 85,20
174	PREGOS 3X8	KG	8	R\$ 10,65	R\$ 85,20
175	PREGOS 5X4	KG	5	R\$ 10,65	R\$ 53,25
176	PREGO TELHEIRO 18X27	UND	395	R\$ 0,38	R\$ 150,10
177	REATOR ELETRONICO 2X40	UND	14	R\$ 35,50	R\$ 497,00
178	ROLO LÃ 23 CM	UND	6	R\$ 31,00	R\$ 186,00
179	ROLO LÃ 9 CM	UND	6	R\$ 9,50	R\$ 57,00
180	ROLO ESPUMA 23 CM	UND	7	R\$ 14,85	R\$ 103,95
181	ROLO ESPUMA 9 CM	UND	7	R\$ 5,70	R\$ 39,90
182	SAIDA CXA ACOPLADA	UND	6	R\$ 45,30	R\$ 271,80
183	SELADOR ACRILICO 18 ML	LT	8	R\$ 122,85	R\$ 982,80
184	SELADOR ACRILICO 3600 ML	GL	11	R\$ 31,75	R\$ 349,25
186	SOLVENTE THINNER 5 L	GL	7	R\$ 66,85	R\$ 467,95
187	SOLVENTE THINNER 1 L	LT	7	R\$ 13,00	R\$ 91,00
188	TE ESGOTO 100 MM	UND	8	R\$ 9,75	R\$ 78,00
189	TE ESGOTO 50MM	UND	6	R\$ 5,15	R\$ 30,90
190	TE ESGOTO 32 MM	UND	5	R\$ 2,55	R\$ 12,75
191	TE ESGOTO 50 MM	UND	5	R\$ 7,35	R\$ 36,75
192	TE ESGOTO 60 MM	UND	4	R\$ 20,10	R\$ 80,40
193	TELHA FIBROCIMENTO 244X50	UND	10	R\$ 25,15	R\$ 251,50
194	TELHA FIBROCIMENTO 184X1,10	UND	10	R\$ 63,75	R\$ 637,50
195	TELHA CANAL	UND	2000	R\$ 0,70	R\$ 1.400,00
196	TINTA ACRILICA BCO NEVE 3600 ML	GL	17	R\$ 35,50	R\$ 603,50
197	TINTA ACRILICA BCO GELO 3600 ML	GL	10	R\$ 35,50	R\$ 355,00
198	TINTA ACRILICA EXTERIOR AMARELO 3600 ML	GL	15	R\$ 39,00	R\$ 585,00
199	TINTA ACRILICA EXTERIOR RUBI 3600 ML	GL	7	R\$ 39,00	R\$ 273,00
200	TINTA ACRILICA BCO NEVE 18 L	LT	24	R\$ 136,60	R\$ 3.278,40
201	TINTA ACRILICA BCO GELO 18 L	LT	7	R\$ 136,60	R\$ 956,20
202	TINTA ACRILICA EXTERIOR AMARELO 18 L	LT	11	R\$ 181,70	R\$ 1.998,70
203	TINTA ACRILICA EXTERIOR RUBI 18 L	LT	4	R\$ 181,70	R\$ 726,80
204	TINTA SINTETICA BRANCA 3600	GL	24	R\$ 69,85	R\$ 1.676,40

	ML				
205	TINTA SINTETICA AMARELA 3600 ML	GL	6	R\$ 69,85	R\$ 419,10
206	TINTA ACRILICA PISO CINZA 3600 ML	GL	5	R\$ 60,35	R\$ 301,75
207	TINTA ACRILICA PISO CINZA 18 L	LT	5	R\$ 226,00	R\$ 1.130,00
208	TOMADA SIMPLES 2P + T	UND	15	R\$ 6,85	R\$ 102,75
209	TOMADA DUPLA 2P + T	UND	17	R\$ 11,25	R\$ 191,25
210	TORNEIRA 1158 C-33	UND	8	R\$ 61,50	R\$ 492,00
211	TORNEIRA 1195 C-33	UND	8	R\$ 95,90	R\$ 767,20
212	TRELIÇA C/ 6M	UND	15	R\$ 29,90	R\$ 448,50
218	TUBOLED 1200 MM	UND	24	R\$ 50,75	R\$ 1.218,00
219	VASO ACOPLADO C/ CAIXA BCO	CJ	1	R\$ 307,70	R\$ 307,70
220	VASO CONVENCIONAL BCO	UND	2	R\$ 141,95	R\$ 283,90
221	VASO CONVENCIONAL P/ DEFICIENTE BCO	UND	2	R\$ 414,50	R\$ 829,00
223	ADESIVO IMPERMEABILIZANTE PARA CONCRETO E ARGAMASSA, TIPO: VEDACIT 18 L	LT	5	R\$ 124,80	R\$ 624,00
224	ADESIVO IMPERMEABILIZANTE PARA CONCRETO E ARGAMASSA, TIPO:VEDACIT 3600 ML	GL	7	R\$ 32,90	R\$ 230,30
225	VERGALHÃO COSTRUÇÃO 1/4 C/ 12 M	UND	5	R\$ 21,05	R\$ 105,25
226	VERGALHÃO COSTRUÇÃO 5/16 C/ 12 M	UND	13	R\$ 30,80	R\$ 400,40
227	VERGALHÃO COSTRUÇÃO 3/8 C/ 12 M	UND	11	R\$ 44,85	R\$ 493,35
228	VERGALHÃO COSTRUÇÃO 4.2 C/ 12 M	UND	32	R\$ 9,90	R\$ 316,80
229	ZINCO 0,70 CM	MT	19	R\$ 28,00	R\$ 532,00
230	ZINCO 0,80 CM	MT	21	R\$ 31,90	R\$ 669,90
231	ZINCO 1 M	MT	24	R\$ 39,35	R\$ 944,40
232	TUBO GALVANIZADO S/ ROSCA 1.1/2 POL	UND	4	R\$ 141,50	R\$ 566,00
VALOR TOTAL					R\$ 69.175,20
SESSENTA E NOVE MIL, CENTO E SETENTA E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS					

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

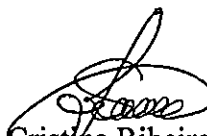
ORDEM DE SERVIÇO

Á:

DUSTIN COELHO BRASIL – ME, inscrita no CNPJ nº 04.730.260/0001-73 com sede no Parque da Bandeira, nº 181, Centro, São João dos Patos/MA, neste ato representado pelo Sr. Luiz Santana da Silva portador do CPF nº 354.540.163-49.

Pela presente Ordem de Fornecimento, autorizamos V.Sr^a, **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**, conforme Relatório de Apuração de Preços, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) São João dos Patos - MA, objeto do Pregão Presencial Nº 15/2019.

São João dos Patos - MA, 11 de abril de 2019.



Sheila Cristina Ribeiro Ferreira
Secretária Municipal de Educação

Recebido em: 11/04/2019

ASS. _____
